

Avança Brasil, sem mediocridade e sem demagogia! – Pedro Badú

Estamos observando uma grande mudança neste momento em relação à política tributária Brasileira, onde até jornais estrangeiros como o Jornal Inglês Financial Times informa como é cômico o sistema tributário nacional, motivo de piada internacional. O Brasil é um país onde mudanças tributárias são sempre deixadas para o segundo plano, como temos um grande costume de beneficiar os próximos, que diga-se de passagem é um costume desde do tempo de colônia quando os coronéis indicavam, seus capatazes (que eram seus filhos bastardos com as escravas), ou seja, é uma tradição cultural a questão do “quem indicou”. Quando tento colocar essa questão cultural de beneficiamento é para entender toda complexidade na legislação, sempre houve uma cultura de beneficiamento dos próximos, amigos, patrocinadores, dentre outros. E as mudanças reais para simplificar e beneficiar nunca efetivamente aconteceram “racionalmente”, essa postura equivocada vem tornando a nossa complexa legislação tributária cada vez mais confusa.

Por ser um ano de eleição municipal, onde todos os ânimos estão exaltados, o início do ano começou com o “pé esquerdo” para a economia brasileira com greves e mais greves e com a incerteza internacional que induz uma recessão econômica. Estamos enxergando uma grande quantidade de empresas (de todos os portes – Micro, Pequeno e Grande porte) fechando as portas e o aumento do desemprego nas grandes capitais, isso é um sinal forte que algo está errado. Medidas econômicas podem beneficiar essa situação? Claro que sim, a redução dos juros é muito bem vinda. Entretanto esses pontos podem ser um reflexo da crise econômica financeira que o mundo atravessa atormenta o Brasil. Precisamos que o Governo saia dessa inércia, pois o que efetivamente enxergamos que são sempre tomadas medidas paliativas, mudanças pontuais em relação à questão tributária do nosso país. Mesmo porque mudar algo tão complexo necessita determinação, estudo, alianças e interesses. Quem seriam os beneficiados? Qual seria o ponto de equilíbrio entre o que se arrecada com o que se necessita efetivamente? vivemos num estado com uma extraordinária carga tributária, mas com péssimo retorno para população, exceto para os que exercem cargos políticos que vivem em um mundo de “faz de conta”, diferente dos brasileiros.

Gostaria de comentar sobre a desoneração do INSS Patronal sobre a folha, determinada pela medida provisória n. 563 de 3 de abril de 2012 e que foi convertida em lei através da lei ordinária numero 12.712/2012, e que provavelmente estará sendo ampliada essa desoneração sobre a folha para outros setores além do setor de informática e têxtil. Não sou gestor público e sei que todas essas medidas impactam em redução de arrecadação, entretanto, não concordo como cidadão e como contador, com tais medidas paliativas. E percebo na verdade que já temos uma legislação difusa e complexa, termos sempre mais conflitos. Os nossos governos sempre contribuíram para essa confusão. Através de alterações de legislação por medidas provisórias, instruções normativas, decretos, mesmo sempre que há medidas para beneficiar aos apadrinhados, amigos e patrocinadores, existem contrapartidas, que muitas vezes não são interessantes, ou seja, a carga tributária como é o caso da desoneração da folha que reduz o INSS patronal (20% sobre a folha) e que em contra partida amplia o PIS/COFINS sobre o faturamento. Que também aconteceu com o PIS/COFINS cumulativo e não cumulativo. Muitas vezes os empresários são iludidos pela falsa possibilidade de redução tributária quando na verdade acabam pagando caro por isso, aumentando a arrecadação.

Estamos no melhor momento para uma nova postura. Uma quebra de paradigmas. São mudanças necessárias, lutaremos com todo empenho para que não sejam tímidas, que represente uma adequação a uma nova realidade mundial e que venha beneficiar todos os brasileiros, não só o mais rico, a classe média ou o mais pobres. Não temos como só beneficiar um grupo de empresas ou aumentar a carga tributaria em contrapartida de outras. Aguardamos senhora presidente, senhores deputados e senhores senadores a ampliação do Simples Nacional para todas as empresas, sem vedação por atividade, ou seja, qualquer empresa poderia estar optando pelo regime simplificado, instituído pela Lei Complementar 123/2006, que sejam qual forem os anexos IV ou V.

Necessitamos também evoluir a respeito da lei Kandir, Lei Complementar 87/1996 que sustenta a estrutura legal do ICMS. Não quero dizer que quando ela foi sancionada não tenha sido um grande avanço, mas nesse determinado momento deveremos evoluir esta lei para que seja possível uma unificação desse imposto (ICMS) e a arrecadação pelo ente federal, também a distribuição desses recursos para os estados de forma igualitaria. Isso é necessário, mesmo porque ela fere o pacto federativo, na situação de que cada Estado deve ter sua legislação específica sobre esse imposto. O Estado brasileiro através do Governo Federal deveria agir imediatamente para unificar e assumir essa arrecadação e repassar para os estados membros da Federação. Já temos 16 anos desde ela que foi sancionada e o que atualmente vemos é uma estrutura ineficaz que se amaranha constituições estaduais, decretos, convênios entre estados e secretarias da fazenda. Já chega o momento efetivo desta mudança para que o pré-sal não se torne mais uma briga de arrecadação entre os estados da Federação.

Vi um candidato na rua e achei interessante terminar esse texto com um pensamento sobre a frase dele, ele distribuía panfletos e quando alguém se aproximava falava “vote em mim e ganhe uma raiz de aimpim”, não dá mais para aceitar essa situação. Na verdade gostaria de exprimir meus sentimentos de revolta como cidadão, dessa pacata nação brasileira. Somos atualmente obrigados a votar, e quando votamos nos vemos enganados por um grupo de pessoas que são sempre as mesmas, com caras e partidos diferentes e que é o próprio povo brasileiro que se torna político, não vejo mudanças pelo meio político. Entre outras palavras, nós cidadão somos o povo que em determinado momento nos tornamos os nossos representantes. Depois recriminamos a nós mesmos quando nos vemos na televisão ou jornais de circulações com escândalos como mensalões, ou dinheiros em cuecas, “rouba mais faz”. Há necessidade mudança interior para se chegar a uma mudança coletiva, não adianta tirar o povo da favela e não a favela que tem no povo, mesmo porque a favela é o povo, mas há de se mudar a postura para que o povo se tranforme em uma nação.